

**A ATUAÇÃO DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL  
ESPECIALIZADO (AEE) NA INCLUSÃO DE ESTUDANTES COM  
TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA: UM ESTUDO DE  
CASO EM UMA ESCOLA PÚBLICA DA REDE MUNICIPAL DE  
ENSINO DE CONTAGEM – MINAS GERAIS**

Isabela Kênya Moura Coutinho <sup>1</sup>

Mara Lúcia Rodrigues Costa <sup>2</sup>

Carla Maria Nogueira de Carvalho - Orientador do Trabalho <sup>3</sup>

## RESUMO

Como política pública, o Atendimento Educacional Especializado (AEE) desempenha um papel fundamental na promoção da inclusão e na eliminação de barreiras educacionais para o público-alvo da educação especial. Este estudo tem como objetivo verificar como ocorre na sala de aula a atuação do profissional de AEE no processo de inclusão escolar de estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Para isso, foi necessário identificar as necessidades dos alunos com TEA, analisar as abordagens pedagógicas e os planos de AEE utilizados. A pesquisa em tela foi realizada com um estudante do primeiro ano do Ensino Fundamental de uma escola pública localizada na região central da cidade de Contagem/MG. O DSM-5, caracteriza o TEA por padrões de comportamento e interesses limitados, bem como dificuldades na comunicação e interação. Liberalesso (2020), aponta alguns benefícios da educação inclusiva para crianças com TEA, que são o crescimento social e emocional, a aprendizagem personalizada, autonomia, independência e envolvimento na comunidade escolar. A história da inclusão escolar no Brasil mostra avanços e retrocessos. A partir da década de 1990, alguns marcos legais como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996), a Declaração de Salamanca (1994), a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), o Estatuto da Pessoa com Deficiência (2015) foram criados para promover a inclusão das pessoas com deficiência. O método escolhido foi estudo de caso seguido de revisão bibliográfica para a seleção de metodologias e adaptações curriculares aplicáveis ao caso em questão. Os resultados evidenciaram a complexidade da atuação do profissional de AEE. A articulação entre professores da AEE e família, foram identificados como cruciais para o sucesso da inclusão escolar e efetividade das políticas públicas para a educação especial.

**Palavras-chave:** Inclusão Escolar, Atendimento Educacional Especializado (AEE), Transtorno Do Espectro Autista (TEA), Políticas Públicas Educacionais.

---

<sup>1</sup> Discente Mestrado Profissional em Educação Inclusiva em Rede Nacional Universidade do Estado de Minas Gerais / MG, isabela.coutinho.uemg.t4@gmail.com.

<sup>2</sup> Professora Doutora Docente Departamento de Fundamentos e Metodologia da Educação, Universidade do Estado de Minas Gerais/ MG, mara.costa@uemg.br.

<sup>3</sup> Professor orientador: Docente Mestrado Profissional em Educação Inclusiva em Rede Nacional Universidade do Estado de Minas Gerais/ MG, carla.carvalho@uemg.br.

## INTRODUÇÃO

Este artigo apresenta uma investigação sobre a inclusão escolar de estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e a atuação do Atendimento Educacional Especializado (AEE) em uma escola pública de Contagem/MG. O estudo foca em compreender como as práticas pedagógicas e as estratégias de apoio podem contribuir para o desenvolvimento social e cognitivo desses alunos, por meio da análise de um caso real: um estudante no primeiro ciclo do Ensino Fundamental. A escolha deste caso é justificada pela sua representatividade em relação aos desafios comuns enfrentados por escolas públicas na garantia de acesso e permanência de estudantes com TEA.

O objetivo geral é investigar o contexto de inclusão e as práticas pedagógicas voltadas ao desenvolvimento desses alunos, com destaque para as ações e adaptações necessárias no ambiente escolar. Dentre os objetivos específicos, o estudo busca identificar as características e necessidades do aluno com TEA, avaliar as práticas pedagógicas adotadas e propor melhorias para otimizar o atendimento do AEE.

Metodologicamente, a pesquisa segue uma abordagem qualitativa e utiliza a análise de caso, a partir da observação direta, entrevistas com a família e profissionais envolvidos, e levantamento bibliográfico sobre legislação e práticas pedagógicas inclusivas. As práticas e intervenções realizadas foram avaliadas continuamente para verificar sua eficácia e propor novas estratégias.

O estudo revela que, embora algumas ações tenham gerado avanços pontuais, como a organização de rotinas e o uso de recursos específicos, outros desafios permanecem, como a resistência do aluno em participar das atividades e a necessidade de maior articulação entre família e escola. Assim, destaca-se a importância de um planejamento colaborativo, intervenções pedagógicas contínuas e adaptação constante das estratégias para atender melhor às necessidades dos estudantes.

Conclui-se que a inclusão escolar do aluno com TEA requer um trabalho integrado entre o AEE, a equipe pedagógica e a família, focando não apenas no desempenho acadêmico, mas também no desenvolvimento social e emocional. A pesquisa reforça a necessidade de formação continuada dos profissionais envolvidos e de um processo avaliativo contínuo, visando sempre a adaptação das estratégias para promover uma educação de qualidade e inclusão efetiva.

## **METODOLOGIA**

O tema o Transtorno do Espectro do Autismo no Atendimento Educacional Especializado (AEE) foi sugerido por uma das autoras que atua no Atendimento Educacional Especializado em sala de recursos multifuncionais da regional Sede (centro) de Contagem / MG.

A escolha do caso foi determinada a partir da conclusão de que esse cenário retrata uma situação presente e comum na maioria das escolas, além de representar um grande desafio na garantia do acesso e permanência dos estudantes com TEA a um ensino de qualidade.

Em seguida foram reunidos materiais bibliográficos que serviriam de base para a elaboração de um referencial teórico que amparasse as práticas pedagógicas propostas a partir deste estudo. Também foram elencadas e analisadas metodologias e adaptações curriculares possíveis para intervenção no caso supracitado.

Após o levantamento bibliográfico foram desenvolvidas as estratégias, orientações e práticas descritas no item VII. Dentre o que foi discutido pelos autores pode-se destacar as seguintes avaliações: Plano de adaptação, reorganização do tempo escolar, incentivo à permanência em sala de aula, ou seja, todo o processo de desenvolvimento e participação foram avaliados. Após essa análise, chegou-se a conclusão que as estratégias anteriores foram insuficientes, por vezes ineficazes. Sendo assim, novas metodologias e estratégias serão necessárias. Isso sugere a importância de uma revisão abrangente e cuidadosa de todas as intervenções realizadas com D.L.

## **REFERENCIAL TEÓRICO**

A trajetória da inclusão escolar no Brasil é um tema de extrema relevância e complexidade, marcado por avanços significativos e desafios persistentes. Desde as primeiras iniciativas segregadoras até a busca por uma educação verdadeiramente inclusiva, o país tem trilhado um caminho de transformações sociais e educacionais. A partir da década de 1980, a luta pela inclusão das pessoas com deficiência começou a apresentar seus primeiros resultados, culminando em importantes marcos legais e políticas públicas que visam garantir o direito à educação para todos.

Um dos principais marcos dessa trajetória é a Constituição Federal de 1988, que assegura o direito de as pessoas com necessidades especiais receberem educação preferencialmente na rede regular de ensino. Este avanço legal foi um passo crucial para

a promoção da inclusão, pois reconheceu a importância de integrar alunos com deficiência no sistema educacional regular, ao invés de segregá-los em instituições especializadas. A adesão do Brasil à Declaração de Salamanca, em 1994, reforçou ainda mais esse compromisso, ao defender a educação para todos, independentemente das diferenças.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), promulgada em 1996, consolidou essa diretriz, garantindo o direito à educação inclusiva em todo o território nacional. A LDB estabeleceu que a educação especial deve ser oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, com o apoio necessário para atender às necessidades específicas dos alunos. Essa legislação foi um marco importante na promoção da inclusão escolar, pois reconheceu a importância de adaptar o sistema educacional para atender à diversidade dos estudantes. Nos anos seguintes, a criação da Política Nacional de Educação Especial trouxe avanços importantes no campo da inclusão social e educacional das pessoas com deficiência. A PNEPEI estabeleceu diretrizes para a inclusão de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação na educação regular, enquanto a LBI reforçou os direitos das pessoas com deficiência em diversas áreas, incluindo a educação.

A Lei nº 12.764/2012 destacou-se como um marco para a garantia dos direitos das pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA), promovendo sua inclusão social e educacional. Essa legislação reconheceu o autismo como uma deficiência, garantindo o acesso a serviços de saúde, educação e assistência social para as pessoas com TEA. Além disso, a lei estabeleceu diretrizes para a inclusão de alunos com autismo na educação regular, com o apoio necessário para atender às suas necessidades específicas.

Essas políticas públicas culminaram em um aumento significativo das matrículas de alunos com deficiência no ensino regular, como apontam os dados do Censo Escolar de 2022. Esse crescimento reflete o compromisso do Brasil com a inclusão escolar, mas também evidencia os desafios que ainda precisam ser enfrentados para garantir uma educação verdadeiramente inclusiva. Entre esses desafios, destacam-se a necessidade de adaptações físicas e pedagógicas, a formação de professores e a conscientização da comunidade escolar sobre a importância da inclusão.

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é um exemplo de deficiência que demanda adaptações específicas para garantir a participação plena dos alunos na educação regular. Segundo o DSM-5 (Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais), o TEA é classificado como um Transtorno do Neurodesenvolvimento,

caracterizado por dificuldades persistentes na comunicação e interação social, além de padrões restritos e repetitivos de comportamento, interesses e atividades. Essas características devem se manifestar desde os primeiros anos de desenvolvimento, impactando o funcionamento cotidiano da pessoa.

A inclusão escolar de crianças com TEA é essencial para o seu desenvolvimento, mas é necessário ir além da simples presença física em sala de aula. O processo deve ser contínuo e focado no acesso a uma educação de qualidade que promova o desenvolvimento pleno das habilidades e potencialidades de cada estudante. Como destaca Liberalesso no livro "Autismo: compreensão e práticas baseadas em evidências", a educação inclusiva oferece múltiplos benefícios para as crianças com TEA. Entre esses, destacam-se o desenvolvimento social e emocional, uma vez que a interação com colegas e a participação em atividades sociais favorecem a comunicação, a empatia e a autoestima. Além disso, a personalização da aprendizagem é outro aspecto crucial, pois adaptações curriculares e estratégias diferenciadas permitem que a criança aprenda de acordo com seu ritmo e estilo de aprendizagem. A inclusão também promove a autonomia e independência do estudante, incentivando-o a tomar decisões e participar ativamente da vida escolar. Por fim, a presença de alunos com autismo no ambiente escolar contribui para a sensibilização e conscientização dos demais, estimulando a tolerância e combatendo práticas de bullying e discriminação. A inclusão escolar vai além do acesso ao espaço físico e busca garantir o desenvolvimento integral de todos os alunos, respeitando suas singularidades e potencialidades. Para isso, é fundamental que as escolas estejam preparadas para atender às necessidades específicas de cada estudante, oferecendo o apoio necessário para que todos possam aprender e se desenvolver em um ambiente inclusivo e acolhedor.

Em conclusão, a trajetória da inclusão escolar no Brasil é marcada por avanços significativos e desafios persistentes. Desde as primeiras iniciativas segregadoras até a busca por uma educação verdadeiramente inclusiva, o país tem trilhado um caminho de transformações sociais e educacionais. A legislação e as políticas públicas implementadas nas últimas décadas têm sido fundamentais para promover a inclusão de alunos com deficiência no sistema educacional regular, mas ainda há muito a ser feito para garantir uma educação de qualidade para todos. A inclusão escolar é um processo contínuo que requer o compromisso de toda a sociedade, e é essencial que as escolas

estejam preparadas para atender às necessidades específicas de cada estudante, promovendo o desenvolvimento pleno de suas habilidades e potencialidades.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

A educação inclusiva tem sido um tema amplamente discutido nas últimas décadas, com o objetivo de garantir que todos os estudantes, independentemente de suas habilidades ou necessidades, tenham acesso a uma educação de qualidade. No entanto, a implementação de um referencial bibliográfico detalhado, foram desenvolvidas estratégias, orientações e práticas para o Atendimento Educacional Especializado (AEE), com foco em estudantes como D.L., que necessitam de abordagens personalizadas para seu desenvolvimento educacional.

Uma das principais conclusões do levantamento foi que as estratégias anteriores, como o plano de adaptação e a reorganização do tempo escolar, foram insuficientes e, em alguns casos, ineficazes. Isso destaca a necessidade de uma revisão abrangente e cuidadosa de todas as intervenções realizadas. Segundo Vygotsky, "o aprendizado humano pressupõe uma natureza social específica e um processo através do qual as crianças se apropriam dos modos de agir e pensar proporcionados pela cultura" (Vygotsky, 1984). Essa perspectiva reforça a importância de adaptar as estratégias educacionais para atender às necessidades individuais dos estudantes.

As estratégias e ações já realizadas com o estudante incluíram interlocuções com a família para reforçar a necessidade de acompanhamento multidisciplinar, organização da rotina escolar e doméstica, e orientações para adaptação à nova realidade familiar. Além disso, foram implementadas adequações de material e orientações aos professores sobre o manejo comportamental. No entanto, as avaliações contínuas indicaram a necessidade de novas abordagens. Como Piaget afirmou, "a principal meta da educação é criar homens que sejam capazes de fazer coisas novas, não simplesmente repetir o que outras gerações fizeram" (Piaget, 1972). Isso sugere que a educação deve ser dinâmica e adaptável, especialmente para estudantes com necessidades especiais.

Os novos métodos traçados incluem a manutenção de estratégias diferenciadas, como o uso de recursos específicos e a implementação de rotinas visuais mais detalhadas e individualizadas. A comunicação assistiva e o acompanhamento constante por um profissional de apoio são essenciais para ajudar o estudante a reconhecer a função e o espaço da escola. Além disso, o incentivo à permanência na sala de aula é uma tarefa contínua, que requer atividades adaptadas aos interesses e habilidades do estudante. Como Gardner destacou, "a educação deve ser personalizada para atender às

múltiplas inteligências dos estudantes" (Gardner, 1983).

A participação em grupos de estudo e formação continuada é crucial para os professores de AEE, permitindo-lhes discutir casos, compartilhar experiências e desenvolver estratégias eficazes. A elaboração de um referencial teórico fundamentado na legislação vigente e na literatura científica é igualmente importante para garantir que o trabalho do AEE seja realizado de acordo com as melhores práticas. A revisão e avaliação contínua das estratégias são essenciais para ajustar práticas ineficazes e buscar metodologias inovadoras. Como Dewey afirmou, "a educação não é preparação para a vida; a educação é a própria vida" (Dewey, 1916), destacando a importância de uma abordagem educacional que evolua com as necessidades dos estudantes.

A colaboração entre o professor referência e o professor de AEE é fundamental para garantir o desenvolvimento integral do estudante. Este esforço conjunto deve focar na criação de atividades acessíveis que promovam a participação do estudante nas atividades da sala de aula. A ênfase na individualidade dos sujeitos é crucial, com atividades e recursos adaptados para atender aos interesses e habilidades individuais. Como Freire destacou, "não há saber mais ou saber menos: há saberes diferentes" (Freire, 1996), reforçando a importância de reconhecer e valorizar as diferenças individuais.

O estímulo à permanência na sala de aula e a implementação de rotinas visuais de acordo com cada caso são estratégias importantes para promover a inclusão e a participação dos estudantes. Ajustes constantes nas práticas educacionais são necessários para garantir o melhor interesse e progresso dos estudantes com necessidades especiais. Como Montessori afirmou, "ajude-me a fazer sozinho" (Montessori, 1967), destacando a importância de capacitar os estudantes a serem independentes.

Em conclusão, a educação inclusiva requer uma abordagem multifacetada que considere as necessidades individuais dos estudantes e envolva a colaboração entre educadores, famílias e outros profissionais. As estratégias e práticas desenvolvidas para o Atendimento Educacional Especializado devem ser continuamente revisadas e ajustadas para garantir que todos os estudantes tenham a oportunidade de alcançar seu pleno potencial. A educação deve ser um processo dinâmico e adaptável, que valorize a diversidade e promova a inclusão em todas as suas formas.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Existem diversos métodos e espaços de intervenção que propõem uma qualidade de vida para crianças com TEA, entre eles as salas de recursos multifuncionais. O Atendimento Educacional Especializado é um meio de contribuir para uma educação inclusiva e de qualidade, pois realiza atividades específicas para cada tipo de discente conforme as suas necessidades, destacando-se por centrar na pessoa e não na deficiência, além de contar com a contribuição dos familiares e dos professores referência, orientando-os para lidar com as situações diárias, conforme destaca Corrêa e Rosa (2007):

Atendendo às necessidades educacionais especiais e respeitando seus direitos, a Sala de Recursos Multifuncionais favorece o processo de inclusão educacional, trabalhando com alunos em turno inverso ao ensino regular à que estão matriculados, orientando pais e professores (CORRÊA e ROSA, p.2, 2007).

A sala de recurso é um ambiente fundamental para o acompanhamento individualizado e para a promoção do desenvolvimento do estudante com deficiência. Nesse espaço, o estudante é visto e observado em sua individualidade, o que permite uma compreensão mais profunda de suas características, habilidades e desafios. A partir da sala de recurso são organizadas e planejadas estratégias e intervenções para os outros espaços da escola, inclusive a sala de aula comum, por meio do planejamento colaborativo.

Além disso, na sala de recurso, o estudante tem a oportunidade de receber intervenções pedagógicas diferenciadas e estratégias de ensino adaptadas, que visam maximizar seu potencial de aprendizagem. Isso proporciona um ambiente inclusivo, onde o estudante se sente valorizado e respeitado em suas diferenças, contribuindo para o desenvolvimento de sua autoestima e confiança.

Em resumo, a sala de recurso desempenha um papel crucial no apoio ao estudante com deficiência, proporcionando um ambiente acolhedor e inclusivo, onde ele é visto e valorizado em sua individualidade. Isso contribui significativamente para seu crescimento, participação e desenvolvimento, tanto acadêmico quanto pessoal, dentro e fora da escola.

O estudo realizado sobre o Transtorno do Espectro Autista (TEA) e a atuação do profissional do Atendimento Educacional Especializado (AEE) na sala de recursos revelou a complexidade e os desafios enfrentados na inclusão dos estudantes com deficiência. A análise do caso real de um estudante matriculado no primeiro ano do



Ensino Fundamental evidencia a necessidade de práticas pedagógicas e estratégias de apoio eficazes para o desenvolvimento social e cognitivo desses alunos. As atividades propostas, como a organização de rotinas visuais detalhadas, o uso de recursos específicos e o estímulo à permanência na sala de aula, visaram atender às necessidades individuais do estudante e promover sua participação plena no ambiente escolar, embora algumas estratégias e intervenções demandem adequações. A colaboração entre os professores da sala comum, do AEE e da família, aliada à revisão constante das estratégias e ao estímulo à autonomia e independência do discente são elementos-chave para o sucesso da inclusão escolar das crianças com TEA.

## REFERÊNCIAS

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais – DSM-5**. 5. ed. Arlington: American Psychiatric Publishing, 2013.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: **Senado Federal**, 1988. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm). Acesso em: 15 out. 2024.

BRASIL. **Estatuto da Pessoa com Deficiência: Lei Brasileira de Inclusão – LBI. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm). Acesso em: 15 out. 2024.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Brasília, DF: Senado Federal. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm). Acesso em: 15 out. 2024.

BRASIL. **Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista**. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/112764.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112764.htm). Acesso em: 15 out. 2024.

CORRÊA, Rosélia Prussiano; ROSA, Silandra Badch. **Sala de recursos multifuncionais: viabilizando a inclusão**. XII Seminário Internacional de Educação, v. 11, Cachoeira do Sul, 2007.

DEWEY, John. **Democracy and Education**. New York: Macmillan, 1916.

FREIRE, PAULO. **Pedagogia da Autonomia: Saberes Necessários à Prática Educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GARDNER, Howard. **Frames of Mind: The Theory of Multiple Intelligences**. New York: Basic Books, 1983.

LIBERALESSO, Paulo; LACERDA, Lucelmo. **Autismo: compreensão e práticas baseadas em evidências**. São Paulo: M. Books, 2020.

MONTESSORI, Maria. **The Absorbent Mind**. New York: Holt, Rinehart and Winston, 1967.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA – UNESCO. **Declaração de Salamanca e Enquadramento da Ação: Necessidades Educativas Especiais. Salamanca: UNESCO, 1994**. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/>. Acesso em: 15 out. 2024.

PIAGET, Jean. **A Epistemologia Genética**. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

VYGOTSKY, Levi. S. **A Formação Social da Mente: O Desenvolvimento dos Processos Psicológicos Superiores**. São Paulo: Martins Fontes, 1984. Disponível em: <https://nurc.fflch.usp.br/node/457>. Acesso em: 15 out. 2024.